CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE CEASA E RECICLAR GV MATERIAIS RECICLÁVEIS LTDA PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento de contrato, decorrente do Procedimento Administrativo 09/2019, de um lado as CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A – CEASAMINAS, sob controle acionário da União, sediada às margens da BR 040, km 688, s/nº., em Contagem/MG, CEP: 32145-900, CNPJ - 17.504.325/0001-04, representada pelos Diretores, infra-assinados, ora denominada **CEASAMINAS**, e a empresa RECICLAR GV MATERIAIS RECICLÁVEIS LTDA, com endereço na Fazenda Boa Esperança, s/n, bairro Vertente Córrego do Onça, Governador Valadares/MG, CEP 35.107.000, CNPJ 18.459.565/0001.05, na seqüência denominada **CONTRATADA**, representada na sua forma estatutária/contratual, resolvem, em conformidade com as disposições estabelecidas na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decreto nº. 2.271, de 07 de junho de 1997, têm entre si justo e avençado, donde celebram o presente Contrato de prestação de serviços de engenharia, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

Integram o presente contrato e, a ele se vinculam na sua plenitude, os seguintes documentos:

- a) O Procedimento Administrativo 09/2019, dispensando a licitação por força do disposto na norma do artigo 24, inciso II, §1º da Lei 8.666/93; e
- b) A Proposta Comercial da Contratada.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

1.1. O presente Contrato tem por objeto a locação, semanal, de 01 (uma) caçamba, pelo período de 12 (doze) meses, para retirada do lixo orgânico gerado na CeasaMinas, entreposto de Governador Valadares, conforme discriminado na proposta comercial, que passa a integrar este instrumento.

1.2. Integram o Contrato, como se nele transcritos, as especificações técnicas, a documentação e a proposta da CONTRATADA.

1.3. Nos termos do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93, o contrato rege-se pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Prazo

2.1. O presente contrato vigorará pelo período de **12(doze) meses**, a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União – DOU, por parte da CEASAMINAS, podendo as partes prorrogá-lo mediante Termo Aditivo, ou denunciá-lo, independente de época, mediante aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único: O pré-aviso na rescisão é dispensável nos casos de falência, motivo de força maior, falta grave, ou por acordo.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da responsabilidade da CONTRATADA:

- 3.1. Entregar o equipamento, fazendo a sua instalação nas dependências da CONTRATANTE, no prazo de 01(um) dia da assinatura do contrato, testando e certificando o seu bom funcionamento;
- 3.2. Prestar assistência técnica corretiva ou manutenção imediata em no máximo 4 (quatro horas) horas corridas a partir da abertura da reclamação, sem qualquer tipo de despesa para a CONTRATANTE.
- 3.3. Substituir o equipamento, se não for possível fazer o reparo em no máximo 04 (quatro) horas;
- 3.4. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto contratado, e efetuarlo de acordo com as normas vigentes;
- 3.5. Comunicar a **CEASAMINAS**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
- 3.6. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto da licitação, tais como:
 - 3.6.1 – salários;
 - 3.6.2 – seguros de acidentes;
 - 3.6.3 – taxas, impostos e contribuições;
 - 3.6.4 – indenizações;
 - 3.6.5 – vales-refeição;
 - 3.6.6 – vales-transporte; e
 - 3.6.7 – outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
- 3.7. Executar os serviços uma vez por semana, com recolhimento da caçamba sempre nas sextas-feiras, às 09:00 horas.
- 3.8. Comprovar, semanalmente, por meio de documentos a destinação do lixo orgânico retirado no entreposto de Governador Valadares.

CLÁSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

4.1 – À CONTRATADA caberá, ainda:

4.1.1 – Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados nenhum vínculo empregatício com a CEASAMINAS;

4.1.2 – Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos combustíveis ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da CEASAMINAS;

4.1.3 – Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, relacionadas à prestação dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência, cujo fato seja de responsabilidade da CONTRATADA;

4.1.4 – Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do presente instrumento, que sejam de responsabilidade da CONTRATADA; e;

4.1.5 – A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a CEASAMINAS, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de responsabilidade solidária e/ou subsidiária, ativa ou passiva, com a CEASAMINAS.

4.1.6 – Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:

4.1.6.1 – É expressamente proibida a contratação de empregado pertencente ao quadro pessoal da CEASAMINAS durante a vigência do contrato;

4.1.6.2 – É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CEASAMINAS;

4.1.6.3 – É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do objeto fim desta licitação sem autorização prévia da CEASAMINAS.

4.2 – À **CONTRATANTE** compete:

4.2.1. A CEASA se obriga à indicação e ao fornecimento de local adequado para instalação dos equipamentos.

4.2.2. Após a entrega dos equipamentos, a **CONTRATANTE** será responsável pela integridade física, conservação e guarda dos mesmos;

4.2.3. Em caso de danos ou extravio de todo ou parte dos equipamentos, a **CONTRATANTE** se obriga a indenizar à **CONTRATADA**, facultando a esta a emissão de duplicata mercantil no valor correspondente ao menor preço obtido na coleta que ora se pactua;

CLÁUSULA QUINTA – Do Preço e do pagamento:

5.1. Pelos serviços ora ajustados, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, a importância, semanal, de **R\$ 140,00** (cento e quarenta reais). O valor anual do contrato, por sua vez, corresponde à importância de **R\$ 7.280,00** (sete mil, duzentos e oitenta reais).

5.2. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, até 15 (quinze) dias após a apresentação da competente Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser entregue até o dia 25 de cada mês.

5.3. Deverão estar incluídos no preço contratado todos os custos atinentes ao objeto deste contrato, bem como todas as despesas necessárias ao fornecimento, sem quaisquer ônus para a **CEASAMINAS**, tais como frete, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários.

5.4. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

CLÁUSULA SEXTA – Da Fiscalização:

6.1. A CONTRATANTE designa o Gerente da Unidade de Governador Valadares como fiscal deste contrato e se reserva no direito de, por si ou por terceiros, acompanhar a execução dos serviços ora pactuados e recusar aqueles que estiverem em desacordo com o contratado, determinando sejam eles refeitos sem ônus adicionais.

Parágrafo Primeiro. O Fiscal do Contrato, dada a complexidade dos elementos objeto da presente licitação, poderá, durante a fiscalização, utilizar assessoramento técnico e específico na área de competência dos serviços, que se efetivará através de parecer que integrará o processo de fiscalização e recebimento.

Parágrafo Segundo. Concluídos os serviços, o Fiscal do Contrato procederá ao recebimento provisório e/ou definitivo, nos termos do inciso I, alíneas “a” e “b”, do art. 73, da Lei n.º 8.666/93, lavrando-se o respectivo Termo Circunstanciado.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Rescisão Do Contrato

7.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, cujas hipóteses estão previstas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, podendo ser:

7.2. Determinada por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do mesmo art. 78, da Lei n.º 8.666/93;

7.3. amigável, por acordo das partes, desde que haja conveniência para a Contratante, ou judicialmente, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Primeiro. Será considerada falta grave e motivo suficiente para rescisão unilateral do contrato, sem qualquer ônus para a Contratante e sem prejuízo de outras sanções que sejam impostas à Contratada, o não cumprimento pela Contratada de suas obrigações sociais instituídas por lei, particularmente ao que concerne à pontualidade no pagamento do pessoal em serviço.

Parágrafo Segundo. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA - Das Penalidades

8.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

- a) Convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar Contrato;
- b) Ensejar retardamento da execução do objeto do certame;
- c) Cometer fraude fiscal;

- d) Apresentar documento ou declaração falsa;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Falhar ou fraudar na execução do contrato.

8.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

8.3. Além do acima exposto, a adjudicatária sujeita-se às penalidades abaixo descritas:

8.4. Aplicação, pela Contratante, das sanções constantes nos artigos 86 e 87, da lei n.º 8.666/93, pela inobservância das condições estabelecidas para o fornecimento ora contratado, a saber:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo período de até 24 (vinte e quatro) meses, conforme disposto no inciso III, art. 87, da Lei n.º 8.666/93;
- c) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso na entrega, sobre o valor correspondente ao item ou parte do item a ser fornecido, com limite do percentual de 20% (vinte por cento);
- d) Multa de 20% (vinte por cento) do valor total da obrigação, pela não entrega dos produtos ou pela não assinatura do Contrato;
- e) Multa de 10% (dez por cento) a ser aplicada sobre o valor correspondente ao item entregue fora das especificações ou com defeitos, a qual será descontada do valor relativo à próxima parcela a ser paga. Quando aplicada no último mês do fornecimento, será descontada da garantia, se prestada mediante caução em dinheiro; se efetivada em outras modalidades, poderá ser retida do último pagamento devido; não havendo garantia e se o pagamento tiver sido realizado, a multa deverá ser depositada na conta da contratante pela contratada, mediante guia de recolhimento a ser fornecida pela autoridade aplicadora da multa.

8.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.6. Será assegurado ao fornecedor, previamente à aplicação das penalidades mencionadas neste item, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

8.7. A aplicação de uma das penalidades previstas neste item não exclui a possibilidade de aplicação de outras.

8.8. As multas não eximem a Contratada da plena execução do Contrato.

8.9. O desempenho insatisfatório da Contratada será anotado em sua ficha cadastral junto a CEASAMINAS.

CLÁUSULA NONA – Da Publicação:

9.1. A CEASA promoverá a publicação do presente Contrato, sob a forma de extrato, no DOU - Diário Oficial Da União.

CLÁUSULA DÉCIMA - Dos Recursos Orçamentários

10.1. Os recursos orçamentários para atender ao objeto deste contrato para o período de 12 (doze) meses estão disponíveis e autorizados, conforme dotação orçamentária n.º 243.190.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Do Foro:

11.1. As partes elegem o foro de Contagem/MG, com renúncia expressa de qualquer outro, como o único competente para dirimir as dúvidas oriundas das cláusulas e condições deste contrato.

11.2. E, por estarem assim ajustadas, as partes com as testemunhas abaixo assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor, para os fins de direito.

Contagem/MG, terça-feira, 30 de julho de 2019.

████████████████████
CEASAMINAS
Diretor Presidente
Guilherme Caldeira Brant

████████████████████
CEASAMINAS
Diretor de Administração e Finanças
Juliano Maquiaveli Cardoso

██
RECICLAR GV MATERIAIS RECICLÁVEIS LTDA

██
Testemunha: Valter Vagner da Fonseca/ CPF ██████████

██
Testemunha: Mara Virgínia Ferreira/CPF ██████████

██
Fiscal do Contrato